

DGS defende amamentação para lá dos 2 anos



Governo quer limitar horário reduzido para amamentação das crianças até aos 2 anos

Aos 6 meses, só 30% das crianças são amamentadas em exclusivo, abaixo da meta nacional de 50% até 2030

Mesmo após os 2 anos de vida, a amamentação continua a trazer benefícios para a saúde e bem-estar das crianças. Por isso, a Direção-Geral da Saúde (DGS) recomenda que se mantenha para lá desse período. “A DGS reforça as recomendações da Organização Mundial da Saúde, que incentivam a amamentação até aos 2 anos ou mais, sempre que tal se revele benéfico para a mãe e para a criança, em conjugação com alimentação complementar adequada”, afirma ao Expresso.

Também sublinha que “a presença e proximidade da mãe com o bebé é fundamental para o seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo, sobretudo nos primeiros 1000 dias de vida”, período considerado “crítico para a formação do vínculo afetivo e para a construção de uma base segura de desenvolvimento”.

Estas declarações são feitas na sequência da proposta do Governo para alterar o

regime da dispensa para amamentação, passando a limitá-la aos 2 anos da criança e exigindo, desde o início, um atestado médico renovável de seis em seis meses. A ministra do Trabalho, Maria do Rosário Ramalho, justificou a proposta com casos de abuso, afirmando que há “muitas práticas” em que “as crianças parece que continuam a ser amamentadas para dar à trabalhadora um horário reduzido”. As declarações e a proposta geraram forte contestação por parte de associações que promovem os direitos das famílias. Também a Ordem dos Médicos e a Sociedade Portuguesa de Pediatria se opuseram.

A DGS alerta que “medidas que condicionem a continuidade da amamentação devem ser analisadas com cautela, tendo em conta os possíveis efeitos na prática das famílias”.

Segundo os dados que enviou ao Expresso, recolhidos nos Cuidados de Saúde Primários, cerca de 57% das crianças com menos de 1 ano foram amamentadas exclusivamente até aos 4 meses. Aos 6, eram apenas 33%, muito abaixo da meta nacional de 50% até 2030. “A evidência científica reconhece que o regresso ao trabalho, especialmente quando precoce e sem condições adequadas de apoio à amamentação, pode influenciar negativamente a sua continuidade”, sublinha a DGS. Quanto à amamentação após o primeiro ano, os dados são “mais limitados”, mas é expectável que vá diminuindo, sendo residual aos 2 anos — precisamente os casos que o Governo quer limitar.

Só 6% aos 24 meses

De acordo com o COSI Portugal 2022, coordenado pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, apenas cerca de 6% das crianças com 2 anos ou mais são amamentadas.

“É um valor mínimo, quase negligenciável”, afirma Manuel Magalhães, pediatra no Hospital de Santo António, no Porto, lembrando que o Global Breastfeeding Collective, consórcio da OMS e UNICEF, recomenda “uma taxa de 60%” aos 24 meses. “No caso das mães, a amamentação prolongada reduz o risco de cancro da mama e do ovário e de diabetes tipo 2. Para as crianças, diminui a obesidade, a diabetes tipo 2 e a mortalidade.” Para o pediatra, tanto a limitação da amamentação aos 2 anos como a exigência de um atestado logo nos primeiros meses de vida são “um desincentivo total à amamentação e, cientificamente, estão erradas”.

“Estamos a recuar nos direitos das crianças, das mulheres e das famílias.” H.B. e J.A.